

# A tentativa de controle social da produção através da Federação de Sindicatos na Revolução Espanhola

Felipe Vella Pateo<sup>1</sup>

GT: Controle Social da Produção

## Resumo

Este trabalho visa estudar uma experiência histórica de tentativa de implementação do controle social dos meios de produção no período da Guerra Civil Espanhola. Após a contextualização do momento histórico buscamos estudar como o planejamento da produção e da prestação de serviços ocorreu efetivamente em diferentes setores da economia, ressaltando os ganhos e as limitações para que esse planejamento pudesse realmente ocorrer de forma democrática.

## Introdução

O tema da autogestão recente voltou a pauta do ambiente acadêmico especialmente pela utilização do termo pelos pesquisadores da economia solidária. Um dos grandes debates que move os pesquisadores nos dias de hoje já foi colocado desde 1900 (primeira edição do livro *Reforma ou Revolução* escrito por Rosa Luxemburgo). O dilema colocado por ela e outros autores (a partir dos quais Singer (2003) o apelidou de Webb-Bernstein-Luxemburgo) diz que as cooperativas ao entrarem em contato com as pressões do mercado capitalista tenderiam a ou degenerar-se, transformando-se em empresas capitalistas, ou irem a falência, por recusarem-se à auto exploração.

Bernardo (2009, p.446) expande a questão para os processos revolucionários, cujo colapso é apontado não como resultado da repressão. O problema, para ele, é que quando “os trabalhadores, com o desenvolvimento da luta autônoma e perante o recuo dos capitalistas, começam a tomar conta do aparelho produtivo e a reorganizá-lo segundo os novos critérios, deparam-se com o mercado mundial”. Este encontro impede a reorganização das unidades produtivas de acordo com os critérios de produtividade decorrentes das novas relações sociais.

De forma semelhante, para Bruno (1985, p.34),

“se os processos são isolados, isto só é possível através do mercado capitalista. A pressão que ele exerce obriga a fábrica em autogestão a assumir formas capitalistas de gestão, para que tenha a rentabilidade e a competitividade necessárias. A partir daí se impõem os critérios capitalistas fundados nos índices de produtividade e eficiência”

Dessa forma só seria possível (1985, p.62,63) “falar de dominância do social sobre a produção quando [...] o valor de uso social, ou seja, seu valor, sua institucionalização social, for o critério fundamental e dominante”. Novaes (2009) aproxima-se da visão desses autores afirmando que a autogestão só é possível com um planejamento participativo *ex ante* de toda a economia. Para essa afirmação Novaes (2008) se apoia em Mandel, Istvan Mészáros e Burawoy, que partem de uma crítica ao fracasso do “planejamento” soviético, controlado pela burocracia estatal apartada dos trabalhadores e convergem ao constatar a necessidade, para a efetividade da prática da autogestão, da rejeição aos critérios vigentes no monopólico mercado capitalista para distribuição da produção.

Encontramos uma crítica a possibilidade do planejamento autogestionário em Lisboa (2002), que afirma que a utopia da completa autogestão social seria uma negação do limite do humano. Para esse autor seria necessário assumir a opacidade do tecido social e portanto, necessariamente recorrer ao

---

1 Universidade de São Paulo. Programa de Integração da América Latina. Mestrando. Bolsista CAPES.

mercado para regular as relações sociais. Por outro lado, o americano Michael Albert (xxxx) construiu e propôs um modelo de como pode funcionar uma sociedade sem mercado, baseada em elementos como planejamento participativo do consumo e distribuição balanceada de funções entre as pessoas, de modo que haja um equilíbrio entre funções que permitem acúmulo de informação e poder e funções entediadas, o que seria um pré-requisito para que a autogestão possa acontecer na prática.

Tendo esse debate como referência, nesse trabalho nós vamos buscar entender quais foram os avanços e as limitações práticas de uma experiência de controle social da produção por meio dos trabalhadores, aonde chegou a ser estabelecida uma espécie de planejamento democrático, a experiência da Revolução Espanhola de 1936 a 1939. Acreditamos que a análise dessa experiência possa ajudar a iluminar alguns caminhos a serem trilhados por aqueles que, nos dias de hoje buscam sustentar formas autogestionárias de produzir enquanto sobrevivem em um mercado capitalista.

### **Contexto**

No início do séc XX, a Espanha diferenciava-se dos outros países do mundo pela força do anarco-sindicalismo, que contava com a filiação da maior parte dos trabalhadores espanhóis por conseguir, por meio da ação direta, conquistas reais para os trabalhadores espanhóis, não se limitando a construção utópica e aos atos terroristas, tendo efetivamente participado de mobilizações de massas (Mintz, 2006). Em 1936, os trabalhadores espanhóis, apoiados por contingentes do exército que sublevaram-se contra os militares golpistas conseguiram, por meio de armas, resistir ao golpe fascista contra a República de Frente Popular que havia sido eleita. Especialmente na região da Catalunha, Aragão e Levante não se procedeu o retorno da ordem burguesa, mas sim um período extremamente fértil de experimentação da autogestão pelos trabalhadores da indústria e do campo. Alba (2001) descreve a emergência dessa nova ordem social como resultante, em primeiro lugar do medo dos antigos proprietários, que, ao ver os trabalhadores armados e, ao imaginar uma rápida vitória fascista na guerra fugiram e abandonaram suas fábricas e suas terras. Aos trabalhadores, que há muito desenvolviam sua capacidade organizativa e sua vontade de emancipação, coube lidar com essa situação assumindo o controle das indústrias e das plantações nesses locais.

Essa capacidade organizativa traduzia-se na consciência da exploração a que eram submetidos, na vontade de ser seus próprios patrões, na moral do trabalho, nas gerações de experiências de educação operária. Estes foram os pré-requisitos para que, com o abandono dos patrões, o controle das empresas fosse assumido pelos seus trabalhadores e não pelo governo ou por partidos políticos.

O poder político se organizou de forma tradicional na maior parte da Zona Republicana, havendo um poder duplo nas regiões com presença maciça da CNT, em Levante se formou um comitê popular, em Aragão um conselho revolucionário e na Catalunha, um comitê de milícias, que devia coordenar a guerra mas chegou a coordenar toda a Catalunha, até a recuperação do governo da “Generalitat”, que era reconhecido pelo poder central da Zona Republicana, instalado em Madrid. Como debatido mais a frente, o poder político é considerado um elemento central para o fracasso das coletivizações.

De acordo com Wetzel (2006), a tomada de controle de empresas situa-se entre as maiores expressões do espírito revolucionário da época, só na cidade de Barcelona foram 3000 empresas que chegaram a ser controladas pelos trabalhadores, através do sindicato CNT e dos comitês de trabalhadores. Um ano antes da guerra, em 1935, a CNT realizou um Congresso Nacional em Zaragoza, aonde não se imaginava que as empresas tornassem-se propriedade privada coletiva de seus trabalhadores, advogando-se o conceito de propriedade social. Isto significava a organização de cada ramo da indústria em federações de trabalhadores que se coordenariam entre si através de conselhos econômicos, propondo um verdadeiro planejamento econômico descentralizado, nas mãos dos trabalhadores e não do estado (Wetzel).

Alba (2005) descreve a questão em termos da disputa entre as tendências *treintistas (sindicalistas)* e a FAI (anarquistas) dentro da CNT, a primeira defendendo uma economia sindicalizada e a segunda baseada na federação de comunas livres. A solução adotada pelo Congresso foi uma síntese das

propostas. Síntese composta pela estrutura sindical de organização da produção e pela realização de assembléias de moradores, que também participariam da discussão do que e quanto seria produzidos e seriam articulados entre as regiões geográficas através com Congresso Nacional do Povo.

Para a implementação deste programa, a primeira fase seria a expropriação dos capitalistas e criação de federações industriais que acabariam com a competição mercantil entre firmas de um mesmo ramo da indústria. O segundo passo seria a criação de um planejamento social generalizado da produção e do consumo, o que nunca chegou a ocorrer. As coletivizações não representavam a concretização da proposta do Congresso de Zaragoza, mas um meio termo possível frente às condições reais da época.

As coletivizações foram apoiadas decididamente pela CNT-FAI (organizações anarquistas) e pelo POUM (partido marxista independente), mas os republicanos e membros do Partido Socialista (e da sua central sindical UGT) tinham uma postura dúbia em relação a estas, os primeiros por defender o retorno a uma ordem democrático-burguesa e os segundos por disputar a hegemonia dentro destas. Os maiores inimigos não eram os grandes capitalistas e latifundiários, pois estes haviam fugido, mas sim representantes do partido comunista, que defendiam os interesses geopolíticos soviéticos, destes recebendo forte armamento, e encontraram na Espanha sua base social na pequena burguesia conservadora.

Já em Dezembro de 1936 o Pravda (periódico soviético) pregava a eliminação dos anarco-sindicalistas e trotskistas de Barcelona, medidas como a indução de escassez de comida (através da tomada controle do abastecimento por parte do PSUC) e culpabilização das coletivizações foram postas em prática. Uma breve guerra interna eclodiu em 25 de Abril de 1937, dia em que o partido comunista decidiu tomar o controle da central telefônica, então em poder da CNT, que a utilizava para controlar as ligações feitas pelos oficiais do governo. Com o cessar-fogo estava aberto o caminho para a retirada da CNT e do POUM do governo, este último jogado na ilegalidade e tendo seu principal líder assassinado. Iniciou-se aí um processo de burocratização das coletivizações, com a nomeação de interventores do partido comunista nos locais de produção, profissionalização e hierarquização dos exércitos, e controle do partido comunista nas principais esferas de organização da sociedade. Apesar da Guerra Civil só ter se encerrado definitivamente em 1939, a autogestão já se encontrou em descenso desde esse momento.

### **A Autogestão e a Organização da Economia**

Após o período inicial em que a produção foi retomada pelos trabalhadores de forma espontânea, as coletivizações passaram a ter uma organização por ramos de indústria, geralmente definidos pela organização sindical pré-existente. A necessidade de coordenação através do sindicato advinha da necessidade de combate a escassez de bens de primeira necessidade, adaptação das indústrias de guerra, obtenção de matérias-primas, etc. A forma de propriedade privada coletiva era admitida pela CNT como uma concessão à realidade do momento, ainda que a forma defendida fosse a propriedade social, mais adequada à organização da federação industrial.

Foi com a entrada da CNT no governo institucional da Generalitat (da Catalunha), que surgiu a necessidade de dar uma forma legal às coletivizações que até então eram chamadas de socializações; a adoção do termo foi a forma adotada para designar a experiência, como um meio termo entre socialização e cooperativização (que tinha um tom mais privatista).

Após a organização das federações industriais (algumas diretamente vinculadas ao sindicato e outras independentes) houve uma tentativa de coordenação generalizada das coletivizações através da implantação do Conselho de Economia, pelo Comitê de Milícias. Além da coordenação da produção e consumo, este conselho tinha como objetivo também proceder à coletivização dos grandes latifúndios e indústrias que não haviam sido abandonadas pelos patrões, e controle operário dos bancos e indústrias que não fossem coletivizadas. O Conselho acabou se formando como um órgão de representatividade política e arbitragem entre as empresas, mas não como um órgão autogestionário, já que seus membros não eram eleitos pelos comitês de fábrica, o baixo entusiasmo dos seus membros (a exceção dos apontados pela CNT) acabou o levando ao fracasso.

A generalização das coletivizações veio através de um decreto da Generalitat, já então aderida pela CNT e substituindo o poder paralelo do comitê de milícias. O decreto para enquadrar as coletivizações existentes, com uma legislação restritiva as coletivizações que já existiam e que não propiciava a realização de novas coletivizações, ainda que grande parte das empresas estivesse, de fato, sob controle operário.

No plano da organização interna, as empresas coletivizadas costumavam contar com um comitê de controle com 5 a 10 membros, eleitos em assembléia, onde deveriam estar representados todos os sindicatos e os departamentos da empresa, esta última condição era importante para que houvessem informações de todos os setores. O comitê elegia um diretor, espécie de gerente da empresa fiscalizado por todos os trabalhadores e que seguia as orientações do comitê. No tocante a remuneração, por exemplo, a tendência foi, na medida do possível, aumentar os salários mais baixos, sem cortar os que eram mais altos, havendo flexibilidade para a organização de cada empresa.

Houve um caso de socialização municipal da economia, em Hospitalet de Llobregat, onde se implementou um salário único, a partir do repasse do subsídio das indústrias mais rentáveis para as menos rentáveis. Em nem todos os locais isso era possível, já que era necessário contratar profissionais especializados, escassos no mercado a medida em que não houve tempo para construir centros de formação.

Uma demonstração de solidariedade foi a doação de produtos produzidos em horas extras não remuneradas para os combatentes milicianos, a situação de guerra, neste sentido funcionou como injeção de entusiasmo aos trabalhadores, ainda que tenha tirado de dentro das empresas alguns de seus melhores quadros. A disciplina fabril, em um primeiro momento deu lugar a espontaneidade e a resolução dos problemas na base das relações pessoais, o que sem dúvida não poderia durar muito tempo. Os comitês, responsáveis pela organização dessa disciplina tinham o papel de conseguir mediar a necessidade de democracia e de obtenção de resultados no trabalho, sem com isso retirar o entusiasmo dos trabalhadores; a forma mais comum de lidar com os problemas foi a convocatória de assembléias, ainda que alguns comitês, que tenham assumido o papel de patrões, tenham chegado a ser destituídos (Alba, 2001).

Em seguida serão apresentados de forma sumária, como foram organizados alguns setores da economia ou mesmo algumas fábricas ou plantações específicas, com o objetivo de ilustrar como se davam essas afirmações genéricas na prática:

#### *Transportes e outros serviços públicos*

Wetzel (2006) descreve em detalhes o caso da ferrovia MZA, cujos gerentes foram demitidos pelos sindicalistas membros da CNT que então tomaram o controle que foi compartilhado com a UGT. A gestão foi realizada por um comitê coordenador formado por 12 trabalhadores que continuaram também seu trabalho nas linhas ferroviárias, e comitês regionais foram formados em seções locais das linhas e em cada estação.

A federação ferroviária então fez um estudo com o objetivo de melhorar o sistema de transporte espanhol, identificando casos de localidades que eram servidas por diversos meios de transporte público (ônibus, transporte marítimo, etc) e de localidades que, por outro lado, não eram atingidas por nenhum transporte. A partir desse diagnóstico fizeram um plano para eliminar duplicidades e suprir carências, desta forma apoiando também os esforços de guerra.

Soluções semelhantes foram implementadas para outros serviços públicos como provisão de água, gás e eletricidade. Com a fuga dos patrões, os trabalhadores por meio do sindicato também puderam assumir o controle total dos transportes públicos urbanos de Barcelona, procedendo a reparação dos danos da guerra, contando para isso, com ajuda de trabalhadores de outros sindicatos, como os eletricitistas. Os trabalhadores chegaram inclusive a desenvolver tecnologias que permitiam que os carros fossem consertados mais rapidamente e a reutilização de carros que estavam abandonados, já que o uso do transporte público havia aumentado muito com a redução das tarifas e restrições ao uso de

automóveis.

### *Marceneiros e barbeiros*

No caso de pequenos produtores que empregavam mão-de-obra assalariada, como os marceneiros, a produção foi racionalizada, com o fechamento das pequenas marcenarias que funcionavam de forma precária e perigosa e fundação de uma nova fábrica de madeira, além da expropriação e ampliação de outra já existente. O sindicato tomou controle de toda a cadeia produtiva, da extração da madeira até as lojas de móveis, sempre com o conceito de permitir acesso aos trabalhadores a móveis de boa qualidade a preços baixos, apesar da resistência dos membros mais anarco-individualistas que pregavam a produção em pequena escala. Nesse relato da indústria da madeira, feito por Wetzel (2006), aponta-se que a medida que o sindicato assumia a tarefa de organizar a produção, muitos trabalhadores se ressentiam da falta de uma instância de representatividade junto aos interesses daqueles que passaram a ser os organizadores, apontando o que poderia vir a ser um problema futuro.

Outro ramo em cuja reorganização se deu de forma semelhante foi o de cortes de cabelo, aonde existia uma profusão de salões sem viabilidade econômica e com funcionários muito mal pagos (1100 em Barcelona), estes salões foram fechados e substituídos por 235 centros de corte de cabelo de vizinhanças, mais bem equipados e estruturados, permitindo um aumento de 40% nos salários, para o desagrado dos antigos donos de barbearia e felicidade de seus antigos ajudantes, que figuravam entre os trabalhadores mais mal-remunerados da Espanha.

### *Saúde Pública*

A saúde pública, inexistente até então, pôde ser apenas parcialmente implantada, já que os médicos se recusaram a trabalhar a jornada completa nos espaços organizados pelo sindicato, mantendo a possibilidade de realizar consultas particulares em uma parte das horas. Por outro lado, não havia recursos para remunerar livremente todos os hospitais e alguns serviços, como as cirurgias, continuaram sendo pagos, o que levou muitos sindicatos a estabelecerem convênios com o sindicato médico para realização desses serviços para seus membros. O sindicato da saúde assumiu também a pesquisa e a produção de medicamentos.

### *Indústria têxtil*

Wetzel (2006) cita as contradições passadas pela indústria têxtil, que inicialmente não optou pela socialização generalizada, mantendo cada unidade produtiva sua autonomia de produção e de comercialização, levando a várias dificuldades que só seriam resolvidas com a realização de um Congresso em Fevereiro de 1937, entre as centrais sindicais CNT e UGT, decidindo pela federalização. Alba (2001) contém o relato de um militante sindical que trabalhou em uma grande fábrica de tecidos com cerca de dois mil trabalhadores, após o 18 de Julho de 1936, os trabalhadores se reuniram e apontaram um comitê de 12 trabalhadores, técnicos e administradores para assumir as responsabilidades, dividido nas seções financeira, técnica e intersindical. Os encarregados de cada seção eram eleitos diretamente pelos trabalhadores, havendo um compromisso de respeito e apoio as decisões dos encarregados eleitos, que não recebiam um salário maior que os outros. Ainda que tenha havido alguma desconfiança em relação ao fato daqueles eleitos para o cargo de encarregado não trabalharem na produção, logo se percebeu que isso era impossível.

Os salários mais altos foram abaixados em 20%, a assembléia se reunia sempre que deviam ser tomadas decisões importantes, com todos os cargos sendo eleitos diretamente. Na percepção deste militante, os estímulos de ordem “espiritual” ao trabalho funcionaram melhor para o trabalho e a manutenção da disciplina que o espírito da coação e do temor. Quanto ao papel dos técnicos relata-se que lhes foi tirado o mando sobre o pessoal sendo lhes reservada as funções técnicas, sendo que alguns chegaram a fazer pequenas sabotagens. Quanto às melhorias para os trabalhadores relata que não pôde haver aumento de salários mas foram concedidas aposentadorias (o que não existia) e meios culturais

aos trabalhadores, além da própria possibilidade de participação nas decisões da produção.

### *Coletividades Agrárias*

Havia uma experiência de coletividade agrária anterior a Guerra Civil Espanhola, em Albalate. Em 1932 foi comprado um patrimônio, com recursos coletivos da população (200 famílias), que se organizaram em sindicato para administrá-lo. Cada família ganhou mais ou menos 3 hectares sendo que outros 200 ficaram para uso comum. A distribuição da produção era de acordo com o trabalho de cada um, a administração não era remunerada, duas parcelas de terra ficaram sob controle do sindicato, onde foram construídas a escola, a biblioteca, o espaço para o grupo teatral.

Durante a guerra civil, as experiências das coletividades avançaram bastante, no Aragão havia a discussão a respeito de se devia se obrigar os pequenos proprietários que não tinham funcionários a coletivizarem suas terras (o que ocorreu em uma minoria de locais), o que é contrário ao conselho de Kropotkin no clássico *A Conquista do Pão*; nas outras localidades em que formaram-se coletividades agrárias em geral não houve expropriação de terras a não ser dos patrões fugidos. De acordo com Félix, os Cenetistas de Aragão eram em sua maioria pequenos proprietários cujo padrão de vida não mudou muito com as coletividades, os que mais melhoraram foram o pães e trabalhadores agrícolas.

As coletividades também se federaram havendo uma coordenação da produção, e estabeleciam relações constantes com as colunas de milicianos, não houve aumento de preços com a carestia, por princípios éticos. Segundo Félix (Alba, 2001) os dirigentes das coletividades tinham um mandato de um ano, podendo ser substituídos a qualquer momento, mas na maioria dos casos os eleitos que eram criticados nas assembleias pediam demissão.

Alguns relatos (Wetzel, 2006) de membros mesmos da CNT relatam a formação uma elite dirigente em certos locais como na vila de Angés, em que os membros do comitê e suas mulheres andavam armados e não tinham que trabalhar. Outras vilas, como Mas de las Matas, tinham comitês eleitos em assembleia e tinham a maior parte das suas decisões tomadas na forma da democracia direta, em assembleias, em muitos casos famílias abastadas entravam nas coletividades espontaneamente, a UGT, no Aragão não era sempre contra as coletividades.

Nos locais em que o dinheiro foi abolido, muitos camponeses ficavam descontentes em pegar as coisas de graça, segundo relatos da Vila de Alcorisas e Mas de las Matas, seria melhor ter distribuído uma quantidade de recursos entre os camponeses, muitos sentiam que pegar as coisas de graça era como pedir esmola.

De acordo com o relato de Félix (Alba, 2001), na coletividade de Monzón haviam duas pessoas que trabalhavam em tempo integral no comitê, todos da coletividade recebiam o mesmo salário, desde seu presidente, ao médico e ao peão, e os serviços coletivos eram gratuitos, incluindo uma escola noturna para mães. O dinheiro eram cartões ou vales emitidos pelas próprias coletividades, com o que se adquiria o necessário, para necessidades de fora realizava-se o câmbio para as pesetas necessárias. A jornada de trabalho era de seis horas diárias, com alterações sazonais. As assembleias eram semanais.

Em Monzón, como em muitas outras coletividades só a metade da terra foi coletivizada, a outra metade continuava nas mãos dos pequenos proprietários, já que apenas alguns quiseram ingressar na coletividade. Havia também coletividades industriais nos meios rurais como moinhos e oficinas mecânicas, que tinham vidas independente. Os donos das oficinas ou seus operários punham em comum locais de trabalho, máquinas e clientes, trabalhando em comum e repartindo as sobras.

As coletividades agrárias organizavam as vendas para estas coletividades industriais, os pequenos proprietários individuais vendiam e compravam em conjunto com as coletividades agrárias, funcionando estas últimas com dois setores, um de exploração agrícola coletiva e outro que assumia a forma de cooperativa de compra e venda, onde também vendiam produtos dos produtores que optaram por manter-se individuais.

Jeronimo Gomes Abril (Alba, 2001) faz o relato de uma socialização em Guadalajara, sua experiência no sindicato dos vidreiros o levou a ser indicado delegado de controle e inspeção dos sítios socializados

de Guadalajara, uma delas situadas na rodovia entre Madrid e Zaragoza, onde foi criado gado, porcos e aves, nada disso existindo antes de 1936. Além disso construiu-se um estabelecimento para a fabricação de pães; foi realizada ainda uma obra de desvio do curso de um rio. Ele relata que as necessidades de transporte de alimentos, matérias-primas e produtos em geral eram coordenadas entre as regiões, na base de pedidos feitos pelos delegados regionais. Gomes relata algumas resistências às coletivizações, por exemplo os trabalhadores recusavam-se a oferecer suas aves para as granjas coletivas, mas não recusavam os ovos delas.

### *Construção Civil*

Depoimento que consta em Alba (2001) destaca a existência de uma cooperativa de fabricação de ladrilhos, formada em 1934 e que durou até 1936, como alternativa de geração de renda para ladrilheiros que sofriam represálias dos patrões por terem participado de greves. Já em 1936, todas as fábricas foram coletivizadas, algumas tendo sido abandonadas por seus donos e outras tendo seus donos expulsos à força. No primeiro dia de retomada, cada fábrica elegeu um comitê, quando o sindicato interveio para organização do ramo industrial, os comitês elegeram uma comissão de ladrilheria, responsável por toda Barcelona.

Em um primeiro momento de reorganização foi cortada a taxa mínima de produção imposta pelos antigos donos, mas, constatando a presença de aproveitadores, as assembléias decidiram resitui-las com ressalvas em relação à idade e o estado de saúde de cada trabalhador. Mesmo assim muitos trabalhadores produziam mais que a taxa mínima, sem receber nenhum estímulo que não o de trabalhar para a coletividade.

O banco adiantava o pagamento dos ladrilhos, para garantir o salário adiantado. Também no banco eram depositadas as sobras do negócio (as que não eram enviadas para seções deficitárias do sindicato da construção civil), elas deveriam ser utilizadas para investir na mecanização das bobillas (só três estavam mecanizadas). Com a perda da guerra, os patrões se apropriaram de tudo que havia no banco e das reformas feitas nas unidades produtivas.

### *Setor de comércio*

Juan Farré (Alba, 2001) relata que nos estabelecimentos comerciais não houveram muitas fugas de patrões e coletivizações, a não ser em alguns grandes armazéns, em que as coletivizações foram levadas a cabo primeiro pelos sindicatos dos transportes, que depois as transferiu para os sindicatos mercantis. Apenas com o decreto de coletivizações que todos os estabelecimentos comerciais importantes foram expropriados, criando-se um órgão de articulação para coordenar campanhas de venda e unificar preços.

Não havia grande sindicalização prévia neste setor, devido a uma vontade de diferenciação em relação aos trabalhadores manuais. Quanto aos antigos donos, as vezes se revoltavam, as ingressavam às empresas como assalariados, como gerente ou diretor, assegurando a continuidade técnica e do conhecimento de mercado.

### *Mineração*

Este mesmo militante foi posteriormente convidado a trabalhar no comitê de empresa das minas de potássio em Sallent; onde todos os gerente e técnicos eram estrangeiros e haviam fugido do país. Sendo uma empresa estrangeira, sua coletivização não foi reconhecida, e os problemas eram ainda maiores na medida em que 90% da sua produção era destinada ao mercado internacional, e expropriada assim que embarcada ao estrangeiro.

Mesmo com alguns juizes estrangeiros dando ganho de causa a reapropriação das minas pelos trabalhadores Espanhóis, que contaram com o apoio de Juan Peiró, o então ministro da indústria (anarquista), o ministro da fazenda Juan Negrin (comunista), se negou a legalizar a troca de concessão das minas, alegando defender-se de problemas internacionais. O chefe de governo Largo Caballero

(republicano) aceitou a proposta de Peiró, mas poucos dias depois seu comando foi destituído e substituído por Negrin que anulou a ordem.

Frente a essa situação teve-se que negociar com a empresa que havia fugido, que preferia confiar na vitória de Franco a aceitar as concessões dos trabalhadores. As minas então tiveram suas instalações mantidas por um grupo de trabalhadores, enquanto os demais dedicaram-se a guerra e a execução de obras públicas.

### *Educação*

Félix Carragher foi chamado para cuidar da maternidade de Les Corts, cujas monjas estavam sendo enviadas por um caminhão de guardas para a Itália. Félix então ordenou que as monjas continuassem na maternidade pelo menos até que chegassem enfermeiras suficientes, a medida em que estas foram substituídas, Félix foi nomeado diretor da maternidade. Começou-se um trabalho com as mães em período de lactância, criando uma escola de puericultura e outra de ofícios femininos. Foram abertas oficinas de confecção e outras.

Com as intervenções externas, deixou a maternidade e foi fundar uma escola em Aragão, destinada a crianças rebeldes e problemáticas. Era uma escola libertária, onde a maior parte das aulas eram formadas por grupos de pesquisa voluntários, chegando a criar uma horta que sustentou a escola por um longo período. Com o sucesso a escola passou a ser regional, e subvencionada pela Região de Aragão. A escola só foi desfeita com a chegada dos fascistas no Aragão.

### *Espetáculos e artes*

Robuster (Alba, 2001), trabalhava como contador dos canódromos e havia sido eleito presidente do sindicato dos trabalhadores dos espetáculos públicos. Com os acontecimentos de 1936, os trabalhadores procederam à coletivizações dos canódromos, ainda que em um primeiro momento não soubessem se os espetáculos de apostas iam funcionar, o que na realidade aconteceu, porque eram superavitários e ajudavam a manter outras seções deficitárias.

Nos canódromos, os salários dos trabalhadores puderam ser aumentados e ainda sobrava dinheiro para ajudar a outras seções do sindicato, inclusive tendo o tesoureiro do sindicato sido expulso do cargo por ter emprestado dinheiro sem consultar a assembléia.

Nos espetáculos conseguiu atingir-se um salário único intermediário, apesar de haver uma contradição entre os interesses dos tradicionalmente subalternos (caixeiros, porteiros, etc) e os interesses da elite (atores, músicos, roteiristas) que defendiam a persistência de diferenças de classe.

O superávit proporcionado pelos cinemas garantia trabalho para todos os atores e músicos, sem desemprego. A seleção de filmes era feita pelo comitê econômico do sindicato dos espetáculos, assessorados por intelectuais, o preço de todos os espetáculos eram acessíveis. A decisão de montar um espetáculo ou uma obra levava em conta a possibilidade de contribuir para a renovação da mentalidade das pessoas, mas de acordo com Robuster (Alba, 2001) havia também uma preocupação em não cair na propaganda nem na encenação de ideologia. Haviam mecanismos de mediação entre os interesses dos trabalhadores de um local e do comitê econômico do sindicato, que não tinha a última palavra em questões de trabalho.

## **Lições e apontamentos da experiência**

### *A Questão do Poder Político*

Uma das questões mais polêmicas entre aqueles entusiastas das coletivizações diz respeito a qual deveria ter sido a posição da CNT (órgão com maior representatividade e maior impulsionadora das coletivizações) a respeito da obtenção do poder político na Catalunha. Wetzel (2006) descreve que com a resistência ao levante fascista, o poder foi para as ruas, para as mãos da CNT. Frente a essa realidade, em 20 de Julho de 1936, Companys (que havia sido governador eleito) convidou os três principais



líderes anarquistas ao seu gabinete, e reconheceu que estes estavam com o poder de fato, oferecendo-lhes um lugar em um Comitê de Milícias Antifascistas.

Colocada a questão nesta plenária Garcia Oliver defendeu a posição de que a CNT assumisse totalmente o controle do processo revolucionário, sob a pena de ao não o fazer, deixar um vácuo de poder em mãos dos partidos Marxistas. Sua posição foi contraposta por Federico Montseny, anarquista individualista, que defendeu que um governo da CNT seria uma ditadura sobre a população e por Abad de Santillan, que focou o perigo de uma intervenção estrangeira na guerra, posições que acabaram levando ao aceite da proposta de divisão do governo.

Para o membro do POUM Vitor Alba (2001), o preconceito da CNT em relação a tomada do poder o entregou nas mãos dos comunistas, o que acabou com qualquer esperança de vencer a guerra à medida em que enviaram, secretamente, todas as reservas de ouro Espanholas para Moscou, que se viu na condição de fornecedor “monopsonista” de armamentos para a guerra, podendo impor seus preços e suas condições de utilização, que atendiam aos interesses geopolíticos de Moscou. Para Alba, assim como para Wetzel, a CNT havia perdido a oportunidade de impor outra forma de governança dos trabalhadores nos momentos iniciais da guerra civil.

Já Mintz (2002), que era militante de um grupo anarquista que se considerava mais radical atesta uma posição próxima a de José Peirats para quem a estratégia a ser seguida era manutenção e legitimação do poder descentralizado e autônomo que emergiu nas diferentes localidades, e não a criação ou participação em outro poder global.

À complicada questão do poder político somamos a questão colocada por Alba (2001) a respeito do poder financeiro, dado que a não-ocorrida coletivização dos bancos, considerados atividade improdutiva e portanto negligenciados pela CNT, teria possibilitado o necessário financiamento às coletivizações industriais. Desta forma, fica como ensinamento da experiência a limitada eficácia da conquista da capacidade produtiva, que mesmo que se refira a uma grande parte da economia, será boicotada se não se expandir para as demais esferas da sociedade.

### *Planejamento Descentralizado X Mercado X Planejamento Burocrático*

Como vimos, não foi possível, durante o período da guerra civil Espanhola, o estabelecimento da organização social de toda produção como proposta pela CNT no Congresso de Zaragoza, em 1935. O máximo que se conseguiu organizar foram as federações industriais por ramo de produção, como é possível perceber, essa forma de planejamento herdou a estrutura organizativa dos sindicatos, o que facilitou sobremaneira a sua articulação e implementação.

Por outro lado, o sindicato, a medida em que assume a função de organização da economia perde em capacidade de exercer sua outra função, de representação dos trabalhadores. De acordo com Mintz (2006) isso pôde ser percebido em alguns casos, inclusive através da organização de greves dos trabalhadores contra as propostas dos sindicatos.

Essa forma intemediária de planejamento descentralizado sofria de uma pressão basicamente em dois lados, de um lado existiu uma tendência a comportamento de capitalistas coletivos entre os trabalhadores de algumas empresas específicas, que preferiam aumentar seus salários do que ajudar os trabalhadores de outras empresas do mesmo ramo industrial, de outro lado, pelo que é possível perceber dos relatos (Alba, 2001 e Mintz, 2006) as relações entre diferentes ramos industriais dependiam basicamente dos contatos pessoais entre os militantes, para ocorrerem pela base e não pelo governo republicano, não existindo um mecanismo articulado de coordenação.

Outro fato que vale destacar é que a organização por ramo produtivo apareceu não só como parte de um esquema pré-concebido a priori, mas também como uma constatação real da necessidade de uma forma de planejamento para a manutenção do funcionamento de uma economia justa, sem desemprego e desigualdade causadas por elementos fortuitos. Ainda que, de forma alguma a redistribuição entre as diferentes empresas tenha sido tranquila, havendo, como é normal, uma desconfiança a respeito das empresas deficitárias Mintz (2006).

Por fim, sobre esse ponto Alba (2001) ressalta em vários momentos a diferença de motivação e moral nas coletivizações no período anterior ao golpe comunista de 1937 e o período posterior, fator muito importante que se leve em conta quando da análise dos dados. Para além deste elemento este fator nos faz pensar também no caso dos anarquistas terem ganhado a revolução, se não haveria uma tendência a burocratização dos líderes e das formas de planejamento com o arrefecimento natural do momento revolucionário. Ainda que vários relatos dêem conta da deposição de comitês cujo trabalho não satisfazia os trabalhadores, podem haver várias dúvidas quanto a essa garantia de democracia nos níveis superiores da organização sindical, dado que vários dos relatos apontam, por exemplo, que gestores para algumas coletivizações foram apontados pela estrutura do sindicato, e não por seus próprios trabalhadores (o que pode ser justificado pela ausência de quadros em um primeiro momento, mas poderia tornar-se uma prática burocratizadora no longo prazo).

#### *Mecanismos de manutenção da produtividade X Autogestão Interna*

Os feitos conseguidos pelas coletivizações em termos de eficiência são impressionantes, isso se deve em grande parte a racionalização que foi conseguida através do estabelecimento de um planejamento da economia. Outra questão sempre colocada na discussão da autogestão da economia é a respeito da possibilidade de eficiência na existência de uma gestão democrática.

Os relatos mostram a motivação dos trabalhadores não foi motivada exclusivamente pelos incentivos financeiros, havendo diversos relatos de aumento da produção e da produtividade, tanto no campo quanto na cidade, além da execução de trabalho extra de forma militante, todos eram tanto maiores quanto mais os trabalhadores sentiam-se apropriados dos processos revolucionários. Os relatos dão conta também dos casos em que, como era de se esperar surgiram aproveitadores, nos quais foi necessário estabelecer coletivamente critérios mínimos de produção, que poderiam ser alterados de acordo com a condição física de cada trabalhador. O importante é que esses critérios procuravam estabelecer o mínimo de produção padrão, e não provocar uma competição interna entre os trabalhadores para garantirem melhor remuneração.

O Congresso da CNT de 1937 reflete a polêmica em torno dessa questão. Alba (2001) por um lado, acredita que as propostas do congresso refletem os ensinamentos da experiência de um ano de coletivização, tentando regulamentar as formas de controle democrático do trabalho dentro das coletivizações, para que estas não sofram do espontaneísmo. Já Mintz (2001) considera que as decisões desse congresso refletem a posição de um anarco-sindicalismo centralizador e burocratizador, o mesmo que havia aceito participar no governo de frente popular.

#### **Bibliografia**

ALBA, Victor; *Los Colectivizadores, Barcelona: Laertes, 2001*

ALBERT, Michael, [Parecon: Life After Capitalism](#), Verso Books, 2003

BERNARDO, João, *Economia dos conflitos sociais, São Paulo: Expressão Popular, 2009*

BRUNO, Lúcia Emilia. *O que é autonomia operária*, São Paulo: Brasiliense, 1985

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007*

MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006*

SINGER, P. (2003) Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. ; SOUZA, A. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto.

WETZEL, Tom, "Looking back after 70 years", 2006.  
<http://www.zmag.org/znet/viewArticle/3446>